

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PT defende rever reformas e tenta driblar polêmicas em prévia de plano de Lula 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf prevê sessões extras para reduzir estoque de R\$ 1 trilhão 5

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Bolsonaro e o índice de miséria (Artigo) 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Governo bloqueia R\$ 8,7 bi e põe em xeque reajuste de servidor 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Plano Safra leva Ministério da Economia a bloquear mais R\$ 7 bi 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
CONGRESSO EM FOCO

Jornalistas são ameaçados de morte 10

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

O emprego volta a crescer no país (Editorial) 11

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária deve ser mais uma vez adiada (Artigo) 12

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prévia de programa de Lula formaliza revogação do teto e da reforma da CLT 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Minirreforma tributária (Artigo) 15

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados cobram Difal do ICMS sem atender integralmente a lei 16

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo propõe compensar estados para reduzir ICMS 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro anuncia corte de tributos da gasolina em pacote de até R\$ 50 bi 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Alemanha oferece plano de transporte público a R\$ 46 por mês 22

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro ignora promessa de 2018 e fala em 3 novos ministérios 23

Terça-Feira, 7 de Junho de 2022

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Para pressionar Estados, governo usa lista de países que cortaram impostos.....24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado aumenta expectativa de inflação.....26

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Desemprego cai, mas é incerto futuro do mercado de trabalho (Editorial).....27

PT defende rever reformas e tenta driblar polêmicas em prévia de plano de Lula



Diagnosticado com Covid, Lula participa por vídeo do ato de lançamento da iniciativa Quilombo nos Paramentos, em São Paulo Rubens Cavallari/Folhapress

Catia Seabra são paulo

A coordenação da campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou nesta segunda-feira (6) aos partidos aliados as diretrizes para a elaboração do plano de governo da chapa Lula-Alckmin.

Com 90 parágrafos, o documento define os governos petistas como inovadores no combate à corrupção, reforça o papel do Estado na economia, enaltece o Bolsa Família e propõe a revogação do teto de gastos e da reforma trabalhista implementada pelo ex-presidente Michel **Temer**, além da revisão do regime fiscal.

O texto defende ainda o fortalecimento dos sindicatos sem a volta do imposto sindical, a construção de um novo sistema de negociação coletiva e uma "especial atenção aos trabalhadores informais e de aplicativos".

"O trabalho estará no centro de nosso projeto de desenvolvimento. Defendemos a revogação da reforma trabalhista feita no governo **Temer** e a construção de uma nova legislação trabalhista, a partir da negociação tripartite", afirma o documento prévio do programa de Lula.

Seguindo orientação de Lula, essa minuta de programa contorna temas controversos, em uma tentativa de ampliação de arco de apoio para a disputa eleitoral. Busca também contemplar os partidos que integram a aliança em apoio à chapa Lula-Alckmin.

Ao falar em **reforma tributária** e taxaçoão de renda, não cita, explicitamente, a tributação de distribuição de dividendos. Embora proponha a revogação da reforma trabalhista, afirma que essa será fruto de uma negociação com empresários. Outro aceno é assumir o compromisso de crescimento com estabilidade.

Elaborado sob a coordenação do ex-ministro Aloizio Mercadante, o documento defende o papel do Estado como indutor do fortalecimento econômico, prega o uso dos bancos públicos como instrumento de desenvolvimento e manifesta oposição à privatização da Eletrobras e dos Correios.

"A Petrobras será colocada de novo a serviço do povo brasileiro e não dos grandes acionistas estrangeiros, ampliando nossa capacidade de produzir os derivados de petróleo necessários para o povo brasileiro, expandindo a oferta de gás natural e a integração com a petroquímica, fertilizantes e biocombustíveis", diz o texto, acrescentando que "o pré-sal será novamente um passaporte para o futuro".

No último parágrafo, o documento sinaliza com a proposta de regulação da mídia. Sem aprofundar, o texto afirma que "a liberdade de expressão não pode ser um privilégio de alguns setores, mas um direito de todos, dentro dos marcos legais previstos na Constituição, que até hoje não foram regulamentados".

"Paralelamente, é dever do Estado universalizar o acesso à internet e atuar junto às plataformas digitais no sentido de efetivar a neutralidade, garantir proteção de dados e coibir a propagação de mentiras e mensagens antidemocráticas ou de ódio", conclui.

Não é a primeira vez que tema entra na agenda petista. Em fevereiro, o próprio Lula defendeu a regulamentação da mídia digital como forma de combate a fake news. Sob sua gestão, a Secretaria de Comunicação Social do governo chegou a apresentar um projeto de marco regulatório da comunicação eletrônica, engavetado no governo Dilma.

Coordenador da equipe de programa de governo, Mercadante afirma haver uma preocupação legítima para que ele não engesse o debate e permita ampliações. No mês passado, após apresentar aos presidentes de partidos um esboço desse documento,

Mercadante ouviu ponderações para que não trouxesse pautas polêmicas ao debate.

A própria presidente do PT, a deputada Gleisi Hoffmann, recomendou que fosse enxuto. Após adaptações, Mercadante afirma que o texto foi concebido para que "se apresente com algumas ideias-força e propostas de impacto".

"É este o desafio. Mas o programa que vale é o que vai para o discurso do candidato, para as ruas e para os programas de TV", diz ele.

Esse esqueleto do programa de governo de Lula será aberto, a partir desta semana, a contribuições em uma plataforma digital. A orientação é para que esse plano de governo seja sintético, com cerca de 60 páginas.

Essas diretrizes, que antes serão debatidos com partidos aliados, propõem a urgente ampliação e renovação do Bolsa Família, como garantia de "renda compatível com as atuais necessidades da população". No governo Jair Bolsonaro, o programa passou a se chamar Auxílio Brasil.

Defende ainda "uma **reforma tributária** solidária, justa e sustentável, que simplifique **tributos** e distribua renda".

"Essa reforma será construída na perspectiva do desenvolvimento, "simplificando" e reduzindo a tributação do consumo, corrigindo a injustiça tributária ao elevar a taxa de renda sobre os muito ricos, preservando o financiamento do Estado de bem-estar social", diz o documento.

Ao falar sobre o papel das Forças Armadas, o documento afirma ser preciso "superar o autoritarismo e as ameaças antidemocráticas".

"Cumprindo estritamente o que está definido pela Constituição, as Forças Armadas atuarão na defesa do território nacional, do espaço aéreo e do mar territorial. A partir de diretrizes dos Poderes da República, colaborarão na cooperação com organismos multilaterais e na modernização do complexo industrial e tecnológico e defesa", diz o documento, propondo diálogo.

No momento em que o presidente Bolsonaro lança dúvidas sobre o processo eleitoral, o texto ressalta como inarredável o compromisso de respeito ao resultado das urnas.

Em outra vacina contra ataques de bolsonaristas, o documento diz que "os governos do PT e partidos aliados instituíram, de forma inédita no Brasil, uma política de Estado de prevenção e combate à

corrupção e de promoção da transparência e da integridade pública".

Cita como exemplo a criação da Controladoria-Geral da União e fortalecimento da Polícia Federal, o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) e a **Receita Federal**.

Sem menção direta à Operação Lava Jato, que levou a prisão do ex-presidente, o programa do petista promete "assegurar que os instrumentos de combate à corrupção sejam restabelecidos, respeitando o devido processo legal, de modo a impedir a violação dos direitos e garantias fundamentais e a manipulação política".

"Faremos com que o combate à corrupção se destine àquilo que deve ser: instrumento de controle das políticas públicas para que os serviços e recursos públicos cheguem aonde precisam chegar!"

Também sem detalhamento, as reformas política e do Estado estão entre as propostas. "Vamos recolocar os pobres e os trabalhadores no orçamento. Para isso, é preciso revogar o teto de gastos e rever o atual regime fiscal brasileiro, que é disfuncional e perdeu totalmente sua credibilidade", pontua o texto.

O documento defende ainda "a continuidade das políticas de cotas sociais e raciais na educação superior e nos concursos públicos federais, bem como sua ampliação para outras políticas públicas".

Na área de segurança, diz que o "país precisa de uma nova política sobre drogas que combata o poderoso núcleo financeiro das organizações criminosas, os poderes locais armados, o tráfico e as milícias e que dê a devida atenção de saúde pública ao tema, com medidas educativas, de prevenção e apoio".

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49935&anchor=6457287&pd=96b3217101b76edabd47c8117c1abad2>

Carf prevê sessões extras para reduzir estoque de R\$ 1 trilhão

Beatriz Olivon

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187238?page=2§ion=4

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187238?page=2§ion=4

Bolsonaro e o índice de miséria (Artigo)

*João Saboia c professor emérito do Instituto de Economia da UFRJ (IE/UFRJ). E-mail: saboia@ie.ufrj.br.
João Hallak Neto é conselheiro do Corecon-RJ.
François Roubaud é pesquisador sênior do Institut de Recherche pour le Développement (IRD) de Paris
pesquisador visitante do IE/UFRJ.*

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187238

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187238

Governo bloqueia R\$ 8,7 bi e põe em xeque reajuste de servidor

Fábio Pupo

O governo bloqueou a execução de R\$ 8,7 bilhões do Orçamento de 2022 para não descumprir o teto de gastos, que impede o crescimento das despesas federais acima da **inflação**.

A medida atinge principalmente os ministérios da Ciência, da Educação e da Saúde e inclui também a verba de R\$ 1,7 bilhão originalmente destinada a reajuste de servidores -reforçando a dificuldade de conceder aumentos ao funcionalismo diante das limitações fiscais.

De acordo com o Ministério da Economia, a reserva de R\$ 1,7 bilhão prevista no Orçamento para a reestruturação de carreiras está sendo usada para diminuir a necessidade total de bloqueio de recursos. Caso ela permanecesse intocada, o congelamento teria que ser ainda maior.

O bloqueio dos recursos para os reajustes é feito em um momento decisivo sobre o assunto. O governo tem cerca de um mês para dar algum aumento para os funcionários públicos, graças à limitação imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal (que impede elevação de gasto com pessoal nos últimos 180 dias do mandato).

O presidente Jair Bolsonaro (PL) sinalizou que poderia dar aumentos privilegiados para policiais, o que gerou uma onda de mobilizações de servidores federais por reajustes.

Após muitas idas e vindas, Bolsonaro sinalizou recentemente que pode recuar de sua ideia de conceder aumentos extras para os profissionais da segurança. O ministro Paulo Guedes (Economia) disse publicamente que o único reajuste possível é o de 5% para todos. E, nas últimas semanas, o governo tem admitido nos bastidores que nem isso pode acabar saindo.

No caso da pasta da Ciência, houve corte de R\$ 2,5 bilhões dos R\$ 6,8 bilhões anteriormente previsto nas chamadas verbas discricionárias (que o governo pode adiar, diferentemente das obrigatórias). A tesourada equivale a 36% do total.

Na Educação, a tesourada foi de R\$ 1,6 bilhão de um

total de R\$ 22,2 bilhões em discricionárias (7,2% do total). Já a Saúde recebeu um corte de R\$ 1,2 bilhão de um total de R\$ 17,4 bilhões (também 7,2% do total).

Também passaram por cortes os ministérios da Defesa (equivalente a 6,2% das discricionárias), do Turismo (5,6%), das Comunicações (5,6%) e das Relações Exteriores (5,6%).

Também estão na lista a Presidência da República (5,65) e o Banco Central (5,6%). Completam a lista as pastas da Justiça (4,2%), Desenvolvimento Regional (3,8%), Mulher (3,7%), Minas e Energia (3,4%), Infraestrutura (2,6%) e Cidadania (2,1%).

Apesar de a redução ser chamada oficialmente de bloqueio -o que dá uma conotação temporária à medida-, na prática integrantes do governo chamam a iniciativa de corte.

Isso porque, diferentemente de outros anos, em 2022 o grande problema na execução orçamentária é o teto de gastos (não a meta de resultado do Tesouro). Portanto, nesse cenário, o crescimento de outras despesas leva a um corte de fato -mesmo que as receitas cresçam.

As despesas em elevação neste ano são principalmente oriundas de sentenças judiciais e subsídios ao financiamento agrícola.

No mês passado, o governo detalhou a necessidade de cortes por meio do relatório bimestral de receitas e despesas. A maior pressão vem das RPVs (requisições de pequeno valor), condenações sofridas pela União no valor de até 60 salários mínimos, e das sentenças judiciais. O valor subiu R\$ 4,8 bilhões.

Embora o Congresso Nacional tenha aprovado no ano passado um subteto para os precatórios, que alcança também essas RPVs, esse limite é aplicado na elaboração do Orçamento.

Caso a projeção da despesa com sentenças suba no decorrer do ano, como foi o caso agora, o governo precisa suprir essa necessidade com um corte em outros gastos não obrigatórios. Não é possível cortar os outros precatórios já contabilizados no subteto.

Também foi preciso ampliar em R\$ 2,3 bilhões a previsão de recursos do Plano Safra, que financia os produtores das lavouras. A verba bancará a reabertura das operações do período 2021/2022 (R\$ 1,1 bilhão) e o lançamento do Plano 2022/2023, em julho (R\$ 1,2 bilhão).

Os técnicos também mapearam a necessidade de aumentar em R\$ 2 bilhões a verba para o Proagro, programa de garantia para financiamentos no setor rural.

Há ainda um aumento de R\$ 1,9 bilhão na previsão de despesas com o pagamento do abono salarial - espécie de 14º salário pago a trabalhadores com carteira assinada e que ganham até dois salários mínimos - e de R\$ 0,9 bilhão no BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Algumas despesas, como benefícios previdenciários e gastos com pessoal, tiveram recuo, de forma que o saldo do impacto no Orçamento foi de R\$ 8,2 bilhões.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49935&anchor=6457289&pd=0019306aa03cb9274bb13b59bc30ccb5>

Plano Safra leva Ministério da Economia a bloquear mais R\$ 7 bi

Estevão Taiar e Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187238

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187238

Jornalistas são ameaçados de morte

Os jornalistas Lucas Neiva e Vanessa Lippelt, do portal **Congresso em Foco**, sofreram ameaças de morte desde que denunciaram um esquema de impulsionamento de fake news a fim de favorecer a campanha de reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL). As intimidações partiram do site 1500chan.

Além de mensagens intimidatórias contra os dois, ameaçando-os de morte, Vanessa ainda recebeu mensagens de alguém afirmando que ela seria submetida a violência sexual. Na mesma mensagem, ela também recebeu uma foto de uma pistola, que, segundo o assediador, seria a arma que usaria contra ela.

A violência contra os dois é mais uma das 16, realizadas entre janeiro a maio deste ano, que vêm sendo monitoradas pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). A entidade também registrou 173 alertas de violência e 66 ataques contra a categoria.

Escalada

Katia Brembatti, vice-presidente da Abraji, afirma que a percepção é de uma escalada frequente da violência relacionada ao ambiente político hostil.

"Com a posse do Bolsonaro, a gente percebeu que, a partir do seu posicionamento, passou a ter um reflexo por apoiadores e manifestantes que veem como uma autorização para atacar jornalistas", disse.

Segundo Juliana Nunes, coordenadora geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF (SJPDF), "o aumento da violência contra o jornalista faz parte de um todo, que é político, legislativo, judiciário e social. Essas redes que tentam ameaçar os jornalistas, diminuir a credibilidade, intimidar a prática do jornalismo, também querem reduzir a importância dessa profissão".

Para Juliana, com a aproximação das eleições, as ameaças aos jornalistas tendem a aumentar.

"É fundamental que os profissionais se preparem para isso e, principalmente, que as empresas de comunicação estejam atentas", alertou. (TA)

O emprego volta a crescer no país (Editorial)

Uma semana depois de a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrar queda na fila de desemprego no primeiro trimestre deste ano - o número de pessoas ocupadas chegou a 96,5 milhões, o maior desde o início da série histórica, em 2012 o Ministério de Trabalho e Previdência anunciou ontem outra boa notícia nessa seara: o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostrou o que país fez 196.966 contratações com carteira assinada em abril. Os salários ainda não reagiram à altura como todos gostariam. Mas os novos postos de trabalho, na atual conjuntura, já são um avanço e tanto.

Assim como a Pnad-Contínua surpreendeu analistas de mercado, o Caged também trouxe dados bem melhores do que os previstos por esses especialistas. O Brasil abriu 196.966 empregos formais em abril, ficando acima tanto na comparação com março (88.145) quanto em relação a abril do ano passado (89.538). No total, houve 1,85 milhão de contratações e 1,66 milhão de desligamentos. O resultado é que o saldo positivo do ano subiu para 770.593 - apesar de ter ficado abaixo do mesmo período de 2021, quando o superávit foi de 894.664 vagas criadas.

Como já havia ocorrido com a Pnad-Contínua, a abertura de postos de trabalho identificada pelo Caged em abril foi impulsionada pelo setor de serviços (+117.007 vagas), com destaque para as áreas de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (+39.610) e administração pública, defesa e **seguridade social**, educação, saúde humana e serviços sociais (+30.415). Além disso, houve mais contratações do que demissões no comércio (+29.261), na construção (+26.378) e na indústria (+25.341). O dado negativo ficou com o grupo agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, que encerrou o mês com 1.021 empregos a menos.

Num olhar abrangente, do cenário nacional, vemos que o Caged aponta saldo positivo de contratações em todas as cinco regiões brasileiras: Sul, com 25.598 novos postos de trabalho (alta de 0,32% na comparação com o mês anterior); Sudeste, com 101.279 (0,48%); Centro-Oeste, 25.598 (0,72%); Norte, 12.023 (0,62%); e Nordeste, 29.813 (0,45%). Em relação às unidades federativas, São Paulo abriu 53.818 novos postos (0,42% a mais, na comparação com março), seguido do Rio de Janeiro, com 22.403 postos (0,69%), e de Minas Gerais, com

20.059 postos (0,46%).

À primeira vista, quando se olha para os dados do Caged de abril, a impressão é de que sinalizam para um início de um segundo trimestre promissor a ser confirmado pela próxima Pnad. Vale destacar, contudo, que as duas pesquisas têm metodologias distintas. As informações do Caged são obtidas de empresas e "dizem respeito a contratações e demissões de pessoas com carteira assinada feitas pelo setor privado, enquanto as da Pnad-Contínua são coletadas pelo IBGE por meio de pesquisa domiciliar e abrangem também o mercado informal de trabalho.

Por essa razão, apesar de alguns pontos em comum, os dois levantamentos não podem ser comparados. O fato é que ambos - Caged e Pnad - parecem desconcertar analistas de mercado, que têm errado sistematicamente as previsões. A favor deles, ressalve-se, a quantidade de adventos adversos a desafiar prognósticos otimistas. Afinal, não deve ser fácil apostar na criação de empregos em meio ao vaivém de uma crise sanitária sem precedentes, uma guerra que mexe com a economia mundial, juros em alta e **inflação** que não dá sinais de trégua. Ainda bem que eles têm errado feio nas contas.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/07/06/2022/p1>

Reforma tributária deve ser mais uma vez adiada (Artigo)

Dalton Locateli

A convergência do projeto de **reforma tributária** com o calendário eleitoral tornou complexa a tarefa de garantir sua aprovação este ano devido à proximidade do pleito, assim como pelo conflito de interesses entre os parlamentares que apreciam a miríade de medidas a ela associadas.

Diante dessa constatação, ganha destaque a proposta de correção da tabela do Imposto de Renda (IR), pela qual a faixa de isenção seria ampliada de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500, sob o argumento de aliviar os descontos cobrados dos trabalhadores na hora de prestar contas ao leão.

Passa também a segundo plano o corte (entre 30% e 34%) da carga tributária incidente sobre as empresas, rechaçado pela equipe econômica, ao projetar que a medida causaria um rombo de R\$ 170,5 bilhões aos cofres públicos, embora esse tenha sido "autorizado" pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022, que classificou a cifra astronômica como "sobra fiscal" e devidamente atrelada à eventual correção da tabela do IR.

Igualmente incerto é o corte de 25% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - inferior aos 33% da proposta original - que deixaria de fora o incentivo à Zona Franca de Manaus, agora ameaçada pela evidente perda de competitividade.

Nesse caso, a moeda de troca seria a aprovação de projeto que desonera em R\$ 14,9 bilhões o diesel da cobrança de PIS/Cofins, medida que levou os governadores a reduzirem as respectivas alíquotas de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre o mesmo combustível.

Na "dança de nomenclaturas", merecem atenção:

- A unificação do ICMS estadual e do ISS (Imposto Sobre Serviços) no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que passa a integrar o chamado Imposto sobre Valor Agregado (IVA);

- O IVA passa a ser dual - composto pelo CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), federal, e pelo IBS, de estados, Distrito Federal e municípios - tendo em vista unificar **impostos** federais (PIS e Cofins) no

CBS, e o ICMS e o ISS no IBS, com vigência de 40 anos;

- A criação do Imposto Seletivo (IS) - ainda em estudo - que substituiria o IPI, a fim de desestimular o consumo de bebidas e derivados do tabaco. Permanecem inalterados, no presente processo de unificação tributária, **tributos** como o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Cide-combustíveis e salário-educação.

A complexidade tributária brasileira é amplamente conhecida aqui e no exterior, o que torna incompreensível a demora na apresentação de propostas realmente viáveis e sua rápida aprovação pelo Congresso Nacional. Há anos se fala na necessidade de uma **reforma tributária** ampla, que traga mais objetividade e transparência para as empresas, facilitando o cálculo e o pagamento dos **impostos**, bem como reduzindo os altos índices de inadimplência.

Os benefícios seriam múltiplos para os negócios e para a sociedade brasileira. A questão é que as propostas não são apresentadas com clareza para a discussão dos especialistas e conhecimento dos brasileiros. A votação é sempre adiada pelos mais diversos motivos e o custo Brasil só cresce ano a ano, impedindo um maior volume de novos investimentos estrangeiros no país, o melhor desenvolvimento de nossas indústrias e a geração de novos empregos.

Agora, só nos resta acreditar que a eleição ocorrerá da melhor forma possível e que, quem sabe, tenhamos finalmente a **reforma tributária** em 2023.

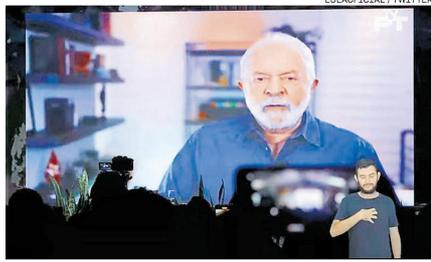
Dalton Locateli. Sócio e presidente do conselho da Pryor Global

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/07/06/2022/p1>

Prévia de programa de Lula formaliza revogação do teto e da reforma da CLT

<p>.....</p> <p>Propostas</p> <ul style="list-style-type: none">● Teto de gastos Texto defende revogar dispositivo considerado "disfuncional"● Reforma trabalhista Propõe a revogação e uma nova lei que "recomponha direitos" e "fortaleça sindicatos"● Reforma tributária Defende mudança "que sim-	<p>plifique tributos e distribua renda"</p> <ul style="list-style-type: none">● Privatizações Documento cita oposição às privatizações da Petrobras, da Eletrobras e dos Correios● Bolsa Família Documento também trata da "ampliação e renovação" do Bolsa Família, substituído no governo Jair Bolsonaro pelo Auxílio Brasil
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



LULAOFICIAL / TWITTER

Lula em videoconferência com pré-candidatos do movimento negro

BEATRIZ BULLA LUIZ VASSALLO GUSTAVO QUEIROZ

Após uma série de declarações controversas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a coordenação de campanha do pré-candidato ao Palácio do Planalto registrou em um documento as propostas de revogação da reforma trabalhista e do teto de gastos - regra fiscal que limita o aumento das despesas públicas à **inflação**. Partidos aliados receberam a prévia de 90 diretrizes para a montagem do programa de governo.

O texto resulta de debates liderados pelo presidente da Fundação Perseu Abramo, Aloizio Mercadante. "O documento de 15 páginas contém as ideiasforça iniciais em relação a cada tema e não abrange propostas específicas. Portanto, trata-se de um documento aberto de diretrizes para a construção do programa de governo, não se trata ainda do programa de governo em si", diz o petista, em nota.

Em falas públicas, Lula havia amenizado o tom do discurso em torno da reforma trabalhista.

O ex-presidente chegou a trocar o termo "revogar" por "revisar". No entanto, o documento reforçou a resistência à reforma de 2017, do governo Michel **Temer** (MDB). "Defendemos a revogação da reforma trabalhista feita no governo **Temer** e a construção de uma nova legislação trabalhista", diz o documento da

précampanha.

Ives Gandra Martins da Silva Filho, ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que estava à frente da Corte durante a reforma, criticou a iniciativa. "Seria andar para trás e dar um tiro no pé", afirmou. Ele lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) já endossou dois dos principais pontos das mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): o fim do imposto sindical e o negociado sobre o legislado.

ORÇAMENTO. Em um dos itens, a campanha propõe "recolocar os pobres e os trabalhadores no Orçamento". "Para isso, é preciso revogar o teto de gastos e rever o atual regime fiscal brasileiro, que é disfuncional e perdeu totalmente a credibilidade", afirma o documento.

Lula tem feito reiteradas críticas à âncora fiscal. "E o teto de gastos, vai manter ou não vai manter? E a responsabilidade fiscal e a dívida pública, como vai fazer para diminuir?"

Eles (banqueiros e empresários) só pensam no dinheiro para reverter para eles, não pensam nos recursos do povo", disse o petista, na semana passada.

Pesquisador associado do Insper e um dos idealizadores do teto, Marcos Mendes afirmou que, apesar "de todos os furos" no instrumento, a sua revogação pode liberar o crescimento da despesa de Poderes autônomos. "Simplesmente revogar o teto vai criar a lei da selva que existia antes, de colocar todo tipo de despesa dentro do Orçamento", disse. Para ele, seria "perigoso" revogar a regra fiscal sem ter outra para o lugar.

ESTATAIS. A prévia do programa de governo inclui, ainda, a oposição expressa às privatizações de Eletrobras, Correios e Petrobras e enaltece o papel do setor público nos investimentos.

"A Petrobras será colocada de novo a serviço do povo brasileiro, não dos grandes acionistas estrangeiros", diz o texto, em consonância com críticas já feitas pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) aos lucros da petrolífera.

Enquanto Bolsonaro busca a reeleição e teme a alta

do custo dos combustíveis, o foco do petista na política de preços é uma forma de desviar a discussão sobre os escândalos de corrupção na estatal. Na era petista (2003-2016), a empresa registrou prejuízos bilionários e perdas de valor na Bolsa.

Ainda sobre **inflação**, um dos temas que mais preocupam os eleitores, o PT defende mudanças na política cambial.

"A orientação passiva para a política cambial dos últimos anos acentuou a volatilidade da moeda brasileira em relação ao dólar com consequências perversas para o índice de preços", diz o documento.

Mendes contesta a ideia de que o câmbio precisa ser usado para estimular o crescimento e conter a **inflação**. Para ele, com o modelo proposto, o Brasil perde reservas, além de precisar de uma taxa de juros alta.

CRÍTICA. Exponente do Centrão e ex-aliado do PT, o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, ironizou, nas redes sociais, as propostas da chapa de Lula e do ex-governador Geraldo Alckmin (PSB). "O programa econômico de Lula é como calça velha: o que não está desbotado, está encardido; o que não está encardido, está puído. É usar e rasgar."

Propostas

Teto de gastos Texto defende revogar dispositivo considerado "disfuncional" | Reforma trabalhista Propõe a revogação e uma nova lei que "recomponha direitos" e "fortaleça sindicatos"

Reforma tributária Defende mudança "que simplifique **tributos** e distribua renda"

Privatizações Documento cita oposição às privatizações da Petrobras, da Eletrobras e dos Correios

Bolsa Família Documento também trata da "ampliação e renovação" do Bolsa Família, substituído no governo Jair Bolsonaro pelo Auxílio Brasil

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Minirreforma tributária (Artigo)

Bernard Appy

Períodos eleitorais e governos enfraquecidos são uma combinação explosiva para as finanças públicas e para a qualidade das instituições. As últimas semanas mostram como propostas mal pensadas e com consequências danosas para o futuro podem prosperar, seja via criação de novas despesas rígidas, seja através de mudanças mal desenhadas na tributação, como é o caso da limitação da alíquota do ICMS para combustíveis, energia elétrica e telecomunicações (tema de meu último artigo).

Segundo a imprensa, o governo e o Congresso estão negociando também uma "minirreforma" do Imposto de Renda (IR). Pelo que tem sido divulgado, a proposta é aprovar uma versão desidratada do projeto, muito ruim, já aprovado pela Câmara dos Deputados, que está parado no Senado, o Projeto de Lei (PL) 2.337/2021.

As mudanças contemplariam a correção da tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) e a redução da alíquota incidente sobre o lucro nas empresas, de 34% para 30%, acompanhada da instituição de um imposto retido na fonte, à alíquota de 10%, na distribuição de dividendos.

Mudanças no Imposto de Renda são necessárias - para corrigir falhas que resultam na baixa tributação de parcela relevante dos brasileiros de alta renda -, mas, se forem mal desenhadas, podem resultar na ampliação dos problemas que pretendem resolver.

Isso acontecerá, por exemplo, se for mantida a previsão do PL 2.337/2021 de isenção na distribuição de dividendos por empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões por ano. O resultado será o agravamento de uma das principais distorções de nosso sistema atual, que é a baixa tributação de profissionais de alta renda que atuam como sócios de empresas dos regimes simplificados, além de um forte estímulo à fragmentação artificial de empresas.

De modo semelhante, a tributação na distribuição de lucros auferidos antes da mudança no sistema (também prevista no PL 2.337/2021) certamente gerará um grande contencioso tributário.

Por fim, se o objetivo é tributar pessoas de altíssima renda, é fundamental que a mudança no IR reduza a possibilidade de diferimento na tributação, via fundo fechados e offshores - o que não parece estar no

escopo da "minirreforma".

Aparentemente, o objetivo principal da "minirreforma" do IR é puramente eleitoral: correção da tabela do IRPF e criação de um discurso de que a **reforma tributária** avançou neste governo. O problema é que o momento para discussão de um tema complexo como este é o pior possível, e o risco é agravarmos as distorções que deveríamos corrigir.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Estados cobram Difal do ICMS sem atender integralmente a lei

Por Raphael Di Cunto - De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2022/06/07/estados-cobram-difal-do-icms-sem-atender-integralmente-a-lei.html>

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2022/06/07/estados-cobram-difal-do-icms-sem-atender-integralmente-a-lei.html>

Governo propõe compensar estados para reduzir ICMS



O presidente Jair Bolsonaro anunciou os detalhes após reunião com presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e do Câmara, Arthur Lira (PP-AL)

Cristiane Noberto

O presidente Jair Bolsonaro (PL) decidiu compensar aos governadores a perda de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no âmbito do Projeto de Lei Complementar (PLP) 211/2021, que enquadra combustíveis, energia elétrica, transportes e telecomunicações como bens essenciais. O anúncio ocorreu após encontro com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), respectivamente. Durante o pronunciamento, Lira e Pacheco sentaram-se ao lado de Bolsonaro. Os ministros da Economia, Paulo Guedes, das Minas e Energia, Adolfo Sachsida, e da Casa Civil, Ciro Nogueira, também participaram.

"Estamos propondo aos governadores que os 17% que ficam para eles, uma vez aprovado o PLC, nós, o governo federal, pagaremos aos governadores o que eles deixariam de arrecadar. (...) Desde que os governadores entendam que possam também zerar o ICMS, nós ressarciremos os governadores o que deixarão de arrecadar", disse em coletiva de imprensa realizada no Palácio do Planalto, ontem. O governo exigirá que os estados e o Distrito Federal derrubem a zero a alíquota do ICMS sobre o diesel e o gás de cozinha. Segundo o ministro Paulo Guedes, se os governos estaduais aceitarem a proposta, o acordo valerá até 31 de dezembro. Ele afirmou que a compensação custará ao governo federal entre R\$ 25 bilhões e R\$ 50 bilhões.

De acordo com Bolsonaro, os governadores também poderão ser ressarcidos pela União se derrubarem a zero o ICMS sobre o gás de cozinha. Os botijões já estão isentos do PIS-Cofins (imposto federal). Bolsonaro afirmou que a proposta do governo prevê ainda que os **impostos** federais sejam zerados sobre a gasolina se os governadores aceitarem reduzir suas alíquotas de ICMS sobre o combustível para o teto de

17% previsto no projeto de lei que tramita no Congresso. O presidente da Câmara, Arthur Lira afirmou após a reunião que, para concluir um eventual acordo entre União e estados, será preciso aprovar o projeto de lei complementar, já votado pela Câmara, que define uma alíquota máxima de ICMS para os combustíveis e uma proposta de Emenda à Constituição (PEC), que ainda não está em tramitação, autorizando a União a ressarcir os estados e municípios pelas perdas tributárias com a redução do ICMS.

O projeto de lei que tramita no Congresso Nacional limita a alíquota do Imposto sobre ICMS sobre combustíveis ao máximo de 17%. Atualmente, vários estados cobram ICMS acima desse percentual sobre gasolina, etanol e diesel. O texto já foi aprovado pela Câmara e agora está sob análise dos senadores. Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco já anunciou que o projeto será levado diretamente ao plenário, sem passar pelas comissões temáticas.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, negou que a medida proposta pelo governo seja um subsídio no preço dos combustíveis. Segundo Guedes, um subsídio seria vender o litro abaixo do preço de custo e não a venda sem tributação. "Nós estamos mantendo o nosso duplo compromisso. Primeiro, nós vamos proteger a população brasileira novamente. O governo federal transferindo recursos, não para dar um subsídio, mas para transferir recursos exatamente para permitir redução de **impostos**, que sempre foi o nosso programa", declarou.

Guedes afirmou, ainda, que "todas as economias do mundo" estão buscando formas de reduzir a carga tributária para lidar com a **inflação**. "Quer dizer, 11 dos 14 mais importantes países europeus estão estudando formas de baixar **impostos**, os estados americanos estão baixando **impostos**", citou.

O ministro da Economia declarou que, se o acordo for viabilizado, as mudanças têm tempo definido - até 31 de dezembro - e um valor definido, não detalhado no pronunciamento. "Essa expansão de transferência de recursos para outros entes federativos (estados e municípios) vai estar limitada a essas receitas extraordinárias ainda não lançadas no orçamento. Então tudo o que a gente está vindo, justamente pelo vigor da recuperação econômica, esses recursos

estão vindo extraordinários, acima das nossas previsões. Isso será repassado para a população brasileira através da redução de **impostos** pelos estados. Tecnicamente, é só isso", disse.

Depois de um impasse sobre sua participação na declaração à imprensa, Rodrigo Pacheco, que foi cobrado por Lira a colocarem votação no Senado o projeto que limita o ICMS sobre combustíveis, não estabeleceu uma data para a análise da proposta. O presidente do Senado disse esperar que "muito brevemente" haja uma definição sobre o relatório da proposta, a ser apresentado pelo senador Fernando Bezerra (MDB-PE), relator da matéria, e que o Senado encontre uma "convergência" das ideias apresentadas pelo Executivo, pela Câmara, pelo Senado e pelos estados.

"Dentro do diálogo, que é muito amplo no Senado, (vamos) buscar o consenso que possa convergir os interesses e as percepções do Senado, da Câmara, do Poder Executivo, ouvindo também os estados", afirmou Pacheco. Ele não fez previsão de data para votação do projeto do ICMS no Senado. "Esperamos muito brevemente ter uma definição em relação a esse relatório do senador Fernando Bezerra Coelho. Mas, de fato, é uma oportunidade ao diálogo, ao consenso", afirmou o presidente do Senado.

O QUE ESTÁ EM JOGO

A PROPOSTA ANUNCIADA POR JAIR

BOLSONAROTEM DUAS LINHAS PRINCIPAIS:

Para a gasolina e o etanol - A União propõe que estados e DF apoiem o projeto de lei que estabelece um teto de 17% para o ICMS sobre esses combustíveis, e se submetam a essa alíquota máxima. Se isso acontecer, o governo federal derruba a zero os **impostos** que vão para os cofres da União (PIS/Cofins e Cide-Combustíveis)

Para o óleo diesel e o gás de cozinha - A União propõe derrubar as alíquotas de ICMS a zero até o fim do ano - os **impostos** federais (PIS e Cofins) já estão zerados, nos dois casos. Se isso acontecer, o valor que seria arrecadado em ICMS pelos estados e pelo DF com as alíquotas a 17% será repassado aos governos locais pela União

OS ESTADOS NÃO DEVEM SER RESSARCIDOS:

Pelas perdas decorrentes da redução do ICMS sobre etanol e gasolina

Pela diferença de arrecadação entre o ICMS praticado atualmente e a alíquota máxima de 17%, caso o

projeto que fixa esse teto seja sancionado

RESULTADOS DO ACORDO

Zerar o ICMS (imposto que vai para os cofres estaduais) sobre diesel e gás de cozinha

Reduzir o ICMS e zerar os **impostos** federais sobre gasolina e etanol

Compensar os estados e o Distrito Federal por parte da perda de arrecadação

Enquanto isso...

...Bolsonaro afirma ser difícil vender Petrobras

Ainda que o presidente Jair Bolsonaro (PL) deseje privatizar Petrobras, "é muito difícil" fazê-la. Em entrevista à TV Terraviva, na manhã de ontem, o chefe do Executivo voltou a criticar a gerência da estatal e admitiu a dificuldade. "Olha, a privatização da Petrobras é muito difícil. Conversei com o ministro de Minas e Energia, e ele tem essa intenção. Deu o pontapé inicial, mas dificilmente vai para frente isso", afirmou o presidente que na sequência repetiu que esse processo vai "demorar uns quatro anos". Bolsonaro ainda admitiu que trocou o comando do MME, agora chefiado por Adolfo Sachsida, homem de confiança do ministro da Economia, Paulo Guedes, para ter maior acesso à gerência da Petrobras. Mas ainda há "muita burocracia" para fazer as mudanças que deseja. "Estamos tentando mudar. Mudou o ministro de Minas e Energia, que quer mudar agora também toda a Petrobras. Mas há uma dificuldade. Reunião de conselho, uma burocracia enorme e demora isso daí", frisou.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/07/06/2022/p1>

Bolsonaro anuncia corte de tributos da gasolina em pacote de até R\$ 50 bi



Segundo colocado nas pesquisas a menos de quatro meses das eleições, o presidente Jair Bolsonaro (PL) decidiu reagir e anunciou um amplo pacote de até R\$ 50 bilhões em medidas para tentar reduzir o preço dos combustíveis, cuja alta é vista por membros de sua campanha como o principal obstáculo à reeleição.

Três meses após zerar as alíquotas de PIS e Cofins sobre o diesel e o gás de cozinha até dezembro, Bolsonaro anunciou a ampliação do alcance da medida e vai desonerar **tributos** federais também sobre a gasolina e o etanol. Segundo o presidente, serão zeradas as alíquotas de PIS/Cofins e Cide.

Pressionado pelo Congresso, o presidente também anunciou que o governo se dispõe a ressarcir com recursos da União estados que aceitarem zerar as alíquotas do ICMS sobre diesel e gás de cozinha até o fim do ano.

Os impactos das medidas não foram detalhados durante pronunciamento. Questionado pelos jornalistas, o ministro Paulo Guedes (Economia) disse que o custo total deve ficar acima de R\$ 25 bilhões e abaixo de R\$ 50 bilhões. Fontes do governo, por sua vez, afirmam que o custo deve ficar próximo dos R\$ 50 bilhões.

Para abrir caminho à transferência de recursos, o governo buscará a aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para autorizar que a despesa fique fora do teto de gastos, regra que limita o avanço das despesas à **inflação**. A articulação pela PEC foi antecipada pela *Folha*.

A PEC surgiu como alternativa ao decreto de calamidade pública, que voltou a ser defendido pela ala política do governo, mas enfrentava resistência de técnicos da área econômica.

"Em havendo entendimento por parte dos senhores senadores, em se aprovando o projeto de lei

complementar [sobre o ICMS] e em se promulgando de forma bastante rápida uma emenda à Constituição, isso se faria valer imediatamente na ponta da linha para os consumidores. Então essa diminuição de carga tributária para enfrentarmos esse problema fora do Brasil, que tem reflexo para todos nós aqui dentro", afirmou o presidente.

Fontes ouvidas pela reportagem afirmam que só a desoneração de PIS/Cofins sobre gasolina deve drenar dos cofres federais R\$ 12 bilhões, enquanto a da Cide, R\$ 1,5 bilhão, considerando a validade da medida no segundo semestre. Já a redução dos **tributos** sobre o etanol teria um impacto de R\$ 3,34 bilhões.

O projeto de lei complementar citado por Bolsonaro é o que tramita no Senado e busca estabelecer um teto de 17% a 18% na alíquota de ICMS sobre combustíveis e energia. Os estados, que hoje cobram alíquotas de 12% a 25% sobre o diesel, têm resistido à proposta e tentavam negociar mudanças.

Dentro do governo, fala-se em um valor de até R\$ 25 bilhões para indenizar os estados pela perda de arrecadação no ICMS, caso eles aceitem a redução adicional de **tributos** até o fim do ano. A cifra corresponde ao que seria a arrecadação dos estados com o teto previsto no projeto.

"Nós zeramos o PIS/Cofins desde o ano passado e, desde que os senhores governadores entendam que possam também zerar o ICMS, nós, o governo federal, nós ressarciremos aos senhores governadores o que deixarão de arrecadar", disse Bolsonaro.

Governadores ouvidos pela *Folha* reclamam que a maioria deles cobra uma faixa superior a 17% do tributo sobre o combustível e, mesmo com a compensação prevista, teriam grandes perdas.

Além disso, dizem que a compensação não foi detalhada e está condicionada primeiro, à aprovação do projeto de lei no Senado, e, depois, à aprovação de uma PEC que ainda não foi apresentada. Governadores dizem que, portanto, não há ainda garantia da compensação.

Inicialmente contrário ao aumento de gastos para tentar reduzir os combustíveis, Guedes destacou que

o governo busca ajudar a população. "É um esforço cooperativo entre os entes federativos. Estamos transferindo recursos aos estados para que eles possam transferir uma parte da alta de arrecadação deles para a população", disse.

Segundo o ministro, serão usadas receitas extraordinárias que ainda não estão no Orçamento, como os recursos obtidos com a privatização da Eletrobras e dividendos a serem pagos pela Petrobras.

O anúncio ocorreu após uma reunião de mais de duas horas no Palácio do Planalto, a última após um dia intenso de encontros. Guedes esteve na manhã com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e com o senador Fernando Bezerra (MDB-PE), relator do projeto sobre o ICMS.

Já no período da tarde, técnicos da Economia estiveram na sede do Ministério de Minas e Energia para dar continuidade às discussões sobre possíveis medidas.

Ao final, todas as autoridades compareceram ao anúncio, com exceção dos presidentes das duas Casas, que demoraram a chegar e deixaram. Bolsonaro com dois lugares vazios em seu entorno. O desconforto do presidente e seus ministros ficou visível.

"Quero saber se o Lira e o Pacheco vêm", indagou Bolsonaro, deflagrando nos bastidores uma busca pelas autoridades, que chegaram cerca de cinco minutos depois.

A desoneração do ICMS vinha sendo definida por integrantes do governo como um "tiro de canhão" nos preços, que agora recebe o reforço da desoneração de **tributos** federais sobre a gasolina.

A mudança na Constituição é considerada a via mais segura para assegurar a transferência dos recursos aos estados fora do teto de gastos sem abrir margem a questionamentos e sem esbarrar em restrições da lei eleitoral.

O anúncio ocorre após forte pressão sobre Guedes para oferecer uma saída ao problema. Segundo políticos próximos ao presidente, se não houvesse uma solução para os combustíveis, poderia haver nova ofensiva para retirá-lo do cargo. Há a leitura de que a letargia na Economia seria capaz de comprometer o projeto de reeleição de Bolsonaro.

Em sua fala, o presidente da Câmara cobrou do Senado a aprovação da medida. Pacheco, por sua vez, disse esperar "muito brevemente" uma definição a

respeito do relatório de Bezerra.

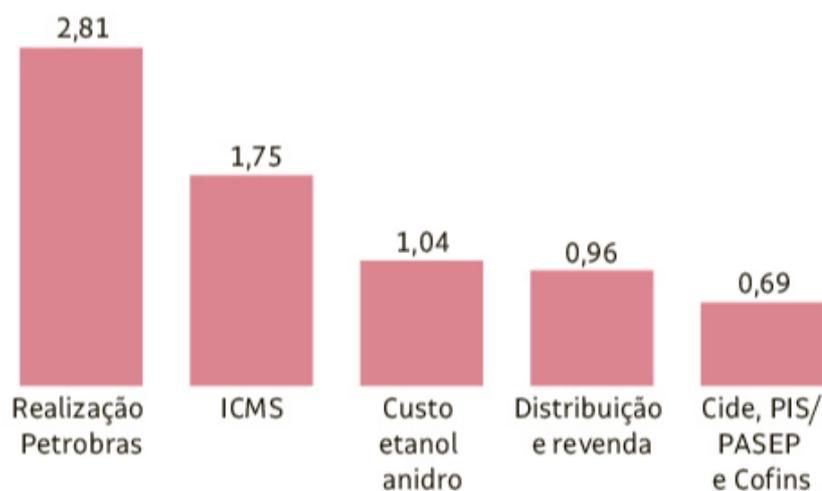
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49935&anchor=6457289&pd=0019306aa03cb9274bb13b59bc30ccb5>

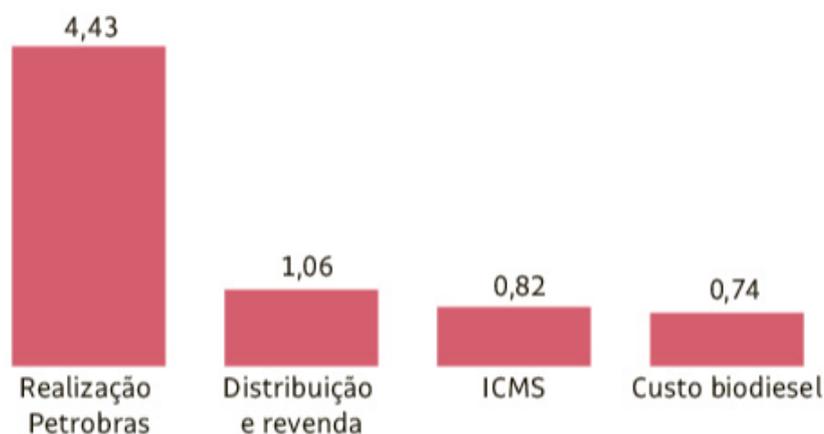
Composição de preços dos combustíveis

Em R\$

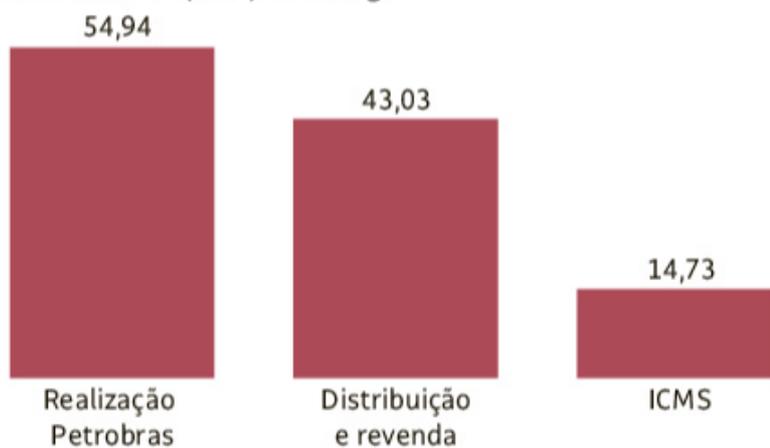
Gasolina



Diesel



Gás de cozinha (GLP) de 13kg



Fonte: Petrobras. Período de coleta de 22 de maio de 2022 a 28 de maio de 2022

Alemanha oferece plano de transporte público a R\$ 46 por mês

Guy Chazan BERLIM | FINANCIAL TIMES

Os alemães podem viajar pelo país por apenas 9 euros (R\$ 46) por mês desde a última quarta-feira (1º), por três meses, sob um pacote de medidas governamentais destinadas a amortecer os efeitos da **inflação** galopante e do aumento de preços dos combustíveis na maior economia da Europa.

As medidas incluem um corte nos **impostos** sobre os combustíveis, com efeito imediato de baixar o preço da gasolina e do diesel nos postos para bem menos de 2 euros (R\$ 10,27)º litro.

De acordo com estatísticas da Adac, a associação automobilística alemã, a gasolina "E10" estava 0,30 euro por litro mais barata, e o diesel, cerca de 0,14 euro mais barato na manhã de quarta do que 24 horas antes.

A **inflação** na Alemanha chegou a 7,9% em maio, enquanto a guerra da Rússia contra a Ucrânia eleva os preços da energia, interrompe as cadeias de suprimentos e desorganiza as exportações. O governo sofre pressão crescente para ajudar os consumidores.

A passagem por 9 euros pretende oferecer alívio e convencer as pessoas a trocar os carros pelos transportes públicos -um objetivo fundamental para os Verdes, um dos três partidos do governo de coalizão social-democrata da Alemanha. Berlim prometeu aos 16 estados alemães 2,5 bilhões de euros (R\$ 12,7bilhões) para compensá-los pelos custos extras associados à passagem mais barata.

O bilhete, que é válido para todos os transportes públicos, mas não para viagens de longa distância em ônibus e trens intermunicipais, já provou ser um grande sucesso. Cerca de 7 milhões tinham sido pré-vendidos até o último dia 30, de acordo com a VDV, que representa as empresas de transporte regionais da Alemanha.

A VDV estima que cerca de 30 milhões de pessoas comprarão a passagem de 9 euros em cada um dos três meses de vigência da oferta.

Alguns especialistas e grupos de consumidores temiam que isso levasse à superlotação de ônibus e trens, especialmente em rotas populares entre

usuários de fim de semana. Mas, até agora, há pouca evidência disso.

"Os trens não estavam cheios demais, mas hoje foi um dia normal de trabalho", disse um porta-voz da Deutsche Bahn à agência DPA. O "fim de semana do feriado bancário de 6 de junho será sem dúvida um desafio", acrescentou.

A Alemanha é um dos vários países da Europa que agiu para reduzir o custo do transporte público, em parte para encorajar o abandono do uso dos automóveis.

A Áustria adotou a "passagem climática" no ano passado, que permite que seus cidadãos usem o transporte público nacional pelo equivalente a apenas 3 euros (R\$ 15,36) por dia. Cidades da França, incluindo Niort, Dunquerque e Montpellier, também reduziram as tarifas.

Lisboa anunciou planos para oferecer transporte gratuito a alguns moradores, como idosos e estudantes. E Luxemburgo tornou todos os transportes públicos gratuitos em 2020.

Embora o bilhete alemão de 9 euros tenha sido elogiado por grupos de consumidores, ele tem seus críticos. Lukas Ilffländer, da associação alemã de passageiros Pro Bahn, disse estar preocupado com a possibilidade de as pessoas serem desencorajadas por trens superlotados.

"O bilhete de 9 euros mostrará que a infraestrutura atual não é adequada para fazer tal oferta em longo prazo", disse ele à ZDF TV.

Especialistas esperam que o esquema forneça informações úteis para futuras decisões de planejamento.

"Nunca tivemos um experimento em grande escala em transporte público antes", disse Philipp Kosok, do grupo de estudos Agora Verkehrswende, à ZDF.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49935&anchor=6457294>

Bolsonaro ignora promessa de 2018 e fala em 3 novos ministérios



Bolsonaro com os ministros Paulo Guedes e Ciro Nogueira e o senador Rodrigo Pacheco no Planalto

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que, se for reeleito, pretende criar até três ministérios, e citou Segurança Pública, Indústria e Comércio e Pesca como as possíveis novas pastas. Bolsonaro também admitiu sofrer pressão para demitir o ministro da Economia, Paulo Guedes, com o intuito de "resolver certos assuntos", sem detalhar quais seriam.

"Vejo Guedes, de vez em quando, cansado, o que é natural. É um ministro que no passado era muito trocado, o da Economia. De vez em quando, alguns querem que eu troque ele (sic), entre outros, para resolver certos assuntos. Prefiro conversar com eles e, dentro daquela lealdade mútua que nós temos, mudarmos alguma coisa e prosseguir nessa luta", disse Bolsonaro em entrevista à TV Terraviva.

Logo em seguida, o presidente afirmou esperar que Guedes resolvesse a questão da tributação sobre os combustíveis. Na noite de ontem, Bolsonaro anunciou um pacote que inclui corte de **impostos** sobre gasolina e etanol (mais informações nas pág. B1 e B2).

As medidas foram tomadas após alerta do Centrão de que o presidente irá perder a eleição se não agir imediatamente. O plano foi batizado de "It's now or never" (agora ou nunca). Já as promessas de Bolsonaro para aumentar o número de ministérios contrariam seu discurso.

Na campanha de 2018, o então candidato do PSL criticou o que chamou de "loteamento do Estado" e disse que reduziria o número de ministérios para 15. "O País funcionará melhor com menos ministérios." À época, o governo do então presidente Michel **Temer** tinha 29 ministros. Apesar da promessa de governar

com uma estrutura de no máximo 15 pastas, Bolsonaro empossou 22 ministros. Hoje são 23.

"Esse ministério (da Segurança Pública) foi estudado.

Pela extensão do Brasil, eu acho positivo o restabelecimento. Não só o desse, como alguns outros ministérios que não haja dúvida, Indústria e Comércio, por exemplo.

Até a questão da Pesca pode ser estudada", observou Bolsonaro na entrevista. Em ato de pré-campanha com empresários em Minas, em maio, o presidente já havia se comprometido a recriar o Ministério da Indústria e Comércio.

DEBATES. Na mesma entrevista, Bolsonaro voltou a defender temas caros ao bolsonarismo, como a exploração mineral em terras indígenas e o armamento da população, assim como criticou a possível aprovação de um novo entendimento sobre o marco temporal dentro do Supremo Tribunal Federal (STF) - na semana passada, no entanto, o presidente da Corte, Luiz Fux retirou o tema da pauta de julgamento, sem previsão de ser retomado neste ano. Questionado sobre a participação em debates eleitorais no primeiro turno, Bolsonaro afirmou que ainda "estuda" o assunto.

"É uma questão de estratégia no primeiro turno. Vou deixar em aberto, esperar um pouco mais o que pode acontecer", disse. "Lula vai fazer de tudo para não comparecer a debates", completou.

Na semana passada, o presidente disse que não pretendia ir aos debates no primeiro turno porque, segundo ele, seria alvo de "pancadas" de adversários. Seu adversário Luiz Inácio Lula da Silva sugeriu a realização de debates com um pool de emissoras. "Esse ministério (da Segurança Pública) foi estudado. Pela extensão do Brasil, acho positivo o restabelecimento." Jair Bolsonaro Presidente

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para pressionar Estados, governo usa lista de países que cortaram impostos

ADRIANA FERNANDES

Numa lista apresentada a lideranças políticas, o governo enumera pelo menos 11 países da Europa que optaram por reduzir os **tributos** sobre combustíveis como forma de enfrentar o impacto da alta de preços de petróleo na economia interna. Além disso, várias regiões nos Estados Unidos, como Nova York, estão suspendendo ou congelando a cobrança de **tributos** que incidem sobre os combustíveis.

A estratégia de redução dos **impostos** foi defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em reunião com Jair Bolsonaro na semana passada - na qual foi cobrado por Bolsonaro a dar uma solução para o problema no Brasil ainda esta semana.

Na lista dos 11 países que cortaram **tributos**, estão Bélgica, Alemanha, Itália, Portugal e Reino Unido, entre outros. A França e a Espanha deram um subsídio, enquanto a Grécia adotou um pagamento direto às famílias de baixa renda. Essa lista está sendo apresentada pela área econômica para mostrar a importância de aprovação de projeto que desonera o ICMS.

Aliados políticos do presidente defenderam na reunião a edição de um novo decreto de calamidade para suspender as regras fiscais e afastar restrições da lei eleitoral para poder gastar mais e conceder um subsídio ao diesel.

Guedes e sua equipe passaram, então, a desenhar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para compensar os Estados pela eventual perda de arrecadação com o ICMS.

Transportes públicos também foram incluídos na compensação durante as discussões feitas durante o fim de semana. A negociação está sendo feita num "combo" com o projeto que fixa um teto de 17% para o ICMS sobre bens e serviços essenciais, como combustíveis, energia elétrica, gás e transportes públicos - já aprovado na Câmara e que agora está em debate no Senado.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

REAÇÃO

Alguns dos países europeus que cortaram impostos e tomaram medidas para lidar com os aumentos

EM PORCENTAGEM			CORTE NO PREÇO	
PAÍS	MEDIDA	DURAÇÃO	GASOLINA	DIESEL
ALEMANHA	CORTE DE IMPOSTO	JUN/2022 A AGO/2022	18	8
BÉLGICA	CORTE DE IMPOSTO	MAR/2022 A JUN/2022	10	12
ESPANHA	SUBSÍDIO A REFINARIAS E DISTRIBUIDORAS	ABR/2022 A JUN/2022	11	10
FRANÇA	SUBSÍDIO A REFINARIAS E DISTRIBUIDORAS	ABR/2022 A JUL/2022	9	11
ITÁLIA	CORTE DE IMPOSTO	MAR/2022 A ABR/2022	12	13
POLÔNIA	REDUÇÃO DE IMPOSTO DE VALOR AGREGADO POR 6 MESES	FEV/2022 A JUN/2022	10	10
PORTUGAL	CORTE DE IMPOSTO	MAR/2022 A JUN/2022	2	2
REINO UNIDO	CORTE DE IMPOSTO	MAR/2022 A MAR/2023	3	3

FONTE: IHS MARKIT / **INFOGRÁFICO:** ESTADÃO

Mercado aumenta expectativa de inflação

»*Fernana Strickland*

O Banco Central (BC) divulgou, ontem, a atualização parcial das expectativas de mercado, apuradas de acordo com a Pesquisa Focus, para 3 de junho de 2022. Segundo o levantamento, a estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial da **inflação**, subiu para 8,89% em 2022, uma alta de 1 ponto percentual em relação ao levantamento de 2 de maio.

Para 2023, a previsão foi para 4,39%, aumento de 0,29 ponto.

A projeção das mais de 100 instituições financeiras consultadas pelo BC para o resultado do IPCA de 2022 está muito acima da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 3,5%, com tolerância de 1,5 ponto percentual, ou seja, a meta será cumprida se o índice ficar entre 2% a 5%. Para 2023, a projeção do mercado é de 4,39%, o que se aproxima do teto da meta de **inflação** - indicando uma desancoragem das expectativas. A meta para o próximo ano é de 3,25%, também com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Segundo o Boletim Focus, o mercado acredita que o Produto Interno Bruto (**PIB**) terá aumento de 1,20% em 2022. A cotação prevista do dólar foi para R\$ 5,05 no final de 2022 e de 2023, vindo de R\$ 5,00 e R\$ 5,04, respectivamente. Já a previsão para Selic ficou em 13,25% para o fim de 2022.

PIB mais fraco

Para o economista e sociólogo Vinicius do Carmo, os dados não são animadores. "Um aumento na expectativa de **inflação** de mais 1 ponto é uma indicação de que o crescimento do **PIB** no ano que vem pode enfraquecer ainda mais", explicou. "O que é mais importante de destacar é que, na consulta, o IPCA aferido é bem superior ao projetado pela meta. A meta é de 3,5%, com uma banda superior de mais 1,5%, totalizando 5% ao ano, mas o mercado, aferido pelo Focus, aponta para uma expectativa de mais de 8%." Para 2023, Vinicius do Carmo comentou que a projeção dos bancos já se aproxima da banda superior da meta.

"Isso demonstra uma desancoragem das expectativas do mercado, isto é, aumento da desconfiança com relação aos parâmetros adotados pela política do BC." Bruno Hora, co-fundador da Invest Smart, tem uma

visão um pouco mais otimista sobre a **inflação**. "O Boletim Focus claramente sinalizou que a **inflação** caminha para ser controlada e que o juros vai seguir o mesmo caminho. Com a **inflação** diminuindo, não vemos necessidade de novo aperto monetário.

A gente vê os juros voltando a cair do final desse ano para o ano que vem", disse.

No entanto, ele também vê a economia mais enfraquecida em 2023. "O boletim sinaliza que os efeitos desse período de juros e **inflação** altos vão ser sentidos em 2023, período em que o **PIB** deve crescer muito devagar. Então, vamos ver um pouco de aperto econômico, quase como se fosse uma recessão para 2023, devido à política monetária que fomos obrigado a fazer este ano" apontou.

Desemprego cai, mas é incerto futuro do mercado de trabalho (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187238

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187238